

‘Monumental estupidez’

A decisão de cancelar o visto – o que Larry Rohter, do *New York Times* (NYT), como punição pela reportagem sobre o que o Planalto denominou, eufemisticamente, de “hábitos sociais” do presidente Lula – além de ser, como disse um ministro do STF citado nos jornais de ontem, “uma monumental estupidez”, indica que ele e o seu círculo íntimo foram tomados por um surto de peísson profundo – os componentes autoritários enraizados no DNA do partido.

O desconforto com os princípios da “democracia burguesa” – tidos como úteis para a ascensão política e um estorvo quando colidem com um projeto ideológico de poder – combinou-se, nesse caso, com outra típica falta petista: o antiamericanismo. Isso ficou patente no disparate propagado domingo pelo ministro da Comunicação, Luiz Gushiken, de que a matéria do NYT estaria a serviço do supremacismo do governo Bush.

No editorial anterior sobre o caso, o *Estado* ressaltou que o próprio Lula, conforme se divulgou, recomendara que não se reagisse “com o fígado” a um fato afinal corriqueiro nas democracias, onde a imprensa considera a vida privada dos governantes de interesse público – e nem por isso eles acham que a sua honra pessoal e a dignidade nacional são atingidas quando a mídia aborda aspectos polêmicos de seu

comportamento. Mas Lula mudou (ou foi levado a mudar) de idéia. E o Planalto acabou tratando de forma duplamente calamitosa um assunto que, além de não justificar o alarido a seu respeito, tinha se esgotado.

Primeiro, a expulsão do jornalista, com base numa lei da ditadura militar feita para remover do País estrangeiros que lhe causassem problemas, igualou o Brasil aos regimes liberticidas, do Zimbábue de Robert Mugabe a Cuba de Fidel Castro, que merecem dos democratas de todas as tendências apenas absoluta repulsa. Segundo, se o Planalto efetivamente achou que a reportagem trouxe “grave prejuízo à imagem do País no exterior”, somou supina ignorância à truculência. Artigos sobre “hábitos sociais” de chefes de Estado não produzem esse efeito: a imagem da Rússia, por exemplo, não mudou porque Boris Yeltsin aparecia no noticiário claramente embriagado.

Tampouco a mídia “repercutiu”, como se diz nas redações, matérias como a de Larry Rohter sobre Lula. Raramente elas são retomadas por órgãos diferentes daqueles que as publicaram. Já a expulsão de um correspondente do *New York Times* é notícia no mundo inteiro – e o fato que a motivou estará em todas as



O ESTADO DE S. PAULO

emissoras, jornais, revistas e sites na internet que se ocuparem da história – em prejuízo irrecurável, agora sim, da imagem do Brasil. Ou seja, o Brasil se torna destaque internacional por banir um jornalista do mais respeitável jornal do planeta, por que ele escreveu um artigo sobre o consumo de bebida alcoólica do presidente. Não se falará das falhas da matéria, nem se discutirá se ela é “leviana e mentirosa”, como quer o Planalto. Mas Lula será estigmatizado – em prejuízo do Brasil.

Não se sabe, no momento em que este comentário é redigido, como o Planalto chegou a essa vergonhosa decisão – a não ser que ela se deu à revelia do ministro da Justiça, que está em Genebra e lá foi informado da decisão do seu ministério pelo correspondente do *Estado*, Jamil Chade, e não disfarçou a surpresa nem a contrariedade. (Mais tarde, em entrevista à imprensa, o ministro Thomaz Bastos, incorrendo numa *gaffe*, chegou a dizer que o Ato Institucional n.º 5 não está mais em vigor e o jornalista americano pode recorrer à Justiça brasileira, que poderá revogar a decisão do Planalto.)

Mas tudo indica que as duras críticas da imprensa e dos políticos, sem distinção, ao trabalho de Rohter, bem como as manifesta-

ções gerais de solidariedade a Lula, foram tomadas no governo pelo seu valor de face e como endosso prévio a qualquer retaliação ao jornalista. Na realidade, a mídia brasileira e a oposição foram inclementes com a matéria e generosas com o presidente por levarem em consideração, tacitamente, a peculiar biografia de Lula e o interesse nacional.

Em relação a ele prevaleceu uma atitude de complacência que dificilmente se aplicaria a um presidente oriundo das elites tradicionais – ou seccionais – ou seja, o avesso do que o Planalto a todo instante considera “preconceito”. Por isso também a eleição de Lula foi cantada em prosa e verso no exterior, inclusive pelo *New York Times*. E em relação ao País prevaleceu o senso de responsabilidade política – o mesmo que des-

de a primeira hora vem poupando o Executivo de ataques mais contundentes, dada a convicção de que, no atual estado de coisas, a ninguém interessa a derrocada do governo Lula.

E pensar que o presidente poderia ter dado a volta por cima chamando o jornalista para um drinque no Alvorada.

Lula será estigmatizado pela imprensa mundial que o tratava com simpatia

China, oportunidades e desafios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva partirá hoje para aquela que poderá ser, segundo sua avaliação, "a grande viagem do governo brasileiro para fazer grandes negócios". Ele deverá chegar a Pequim, no dia seguinte, com a maior comitiva empresarial - pelo menos 412 pessoas - já levada ao exterior por um chefe de governo brasileiro. Terá a seu lado, além disso, seis ministros durante os primeiros quatro dias da visita e, nos dois últimos, também a companhia do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O objetivo, segundo o presidente, é não apenas buscar oportunidades comerciais, mas também explorar possibilidades de parcerias empresariais e de investimentos nas duas economias.

A extraordinária expansão do comércio entre os dois países pode justificar o otimismo do presidente Lula. As vendas de mercadorias do Brasil para a China saltaram de US\$ 1,08 bilhão no ano 2000 para US\$ 2,52 bilhões em 2002 e US\$ 4,53 bilhões em 2003. Nesse intervalo, as importações de produtos chineses cresceram de US\$ 740 milhões para US\$ 2,27 bilhões. No ano passado, a China foi o terceiro maior comprador de produtos brasileiros, só abaixo dos Estados Unidos (US\$ 16,69 bilhões) e - li-

geiramente - da Argentina (US\$ 4,56 bilhões).

Mas, apesar da expansão do comércio bilateral, o Brasil mal começou a entrar no mercado chinês. As importações chinesas, no ano passado, ficaram perto de US\$ 300 bilhões. Será necessário um esforço muito maior, e mais competente, para que os produtores possam ocupar mais espaço nesse gigantesco mercado.

O embaixador chinês no Brasil, Jian Yuan-de, chamou a atenção dos brasileiros, na segunda-feira, para sua falta de agressividade comercial. O Brasil é o maior exportador mundial de café e um dos maiores de carnes, mas na China, disse o embaixador, todos conhecem o bife australiano e o café da Colômbia, mas pouco sabem sobre os produtos brasileiros.

Não há novidade nesse comentário. O corpo diplomático acreditado em Brasília poderia fazer fila diante de um microfone para fazer comentários desse tipo. Os brasileiros são muito mais competentes para desenvolver novas técnicas de produção do que para entender as necessidades do comércio

internacional e vender seus produtos no exterior.

Além disso, uma economia grande e em rápida expansão, como a chinesa, atrai vendedores de todo o mundo, empenhados em conquistar mercado para seus produtos. O embaixador chinês lembrou esse detalhe, ao mencionar o recente embarque, para a China, de grãos de soja brasileira misturada com sementes tratadas com fungicidas. O desleixo nas operações comerciais, condenável em qualquer circunstância, pode ser desastroso quando outros fornecedores, como Argentina e Estados Unidos, disputam mercado tão importante.

O entusiasmo do presidente Lula pouco valeria se falar ao governo e aos empresários o realismo necessário para ampliar os canais de comércio e de cooperação com os chineses. A idéia de um acordo de livre comércio entre Mercosul e China é quase certamente irrealizável neste momento. O governo chinês, lembrou o embaixador, está empenhado, agora, em negociar um acordo de livre comércio com os países da Associação das Nações do Sudeste da

Ásia (Asean). Ele nem precisou mencionar que a posição do Paraguai, que não tem relações diplomáticas com a China e mantém relações com Taiwan, pode ser um obstáculo.

Além disso, negociações sobre um amplo acordo comercial não serão fáceis. Dirigentes de alguns setores industriais brasileiros apontam riscos de dumping (vendas de produtos chineses abaixo do valor normal), uso de subsídios comerciais (de-

É possível ampliar muito a cooperação, mesmo sem acordo de livre comércio

Mesmo sem a perspectiva de um acordo próximo de livre comércio, as possibilidades de cooperação comercial e de empreendimentos conjuntos com a China são imensas e será importante examiná-las com o mesmo realismo que os chineses têm demonstrado em sua estratégia comercial. Quando se trata de dólares, eles não têm mostrado preocupações ideológicas. Nisso o governo brasileiro deveria imitá-los.

